



Frederico Valdez Pereira

Juiz Federal. Magistrado Instrutor no Supremo Tribunal Federal no Gabinete da Ministra Rosa Weber
Ex-Promotor de Justiça. Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. Mestrando em Direito pela
Universidade de Lisboa. Pós-Graduado em Direito Penal Econômico pela Unisinos. Professor
colaborador de Processo Penal na Escola Magistratura Federal do Rio Grande do Sul.
Ex-professor de Processo Penal na Escola da Magistratura Federal de Santa
Catarina. Coordenou o Núcleo de Cooperação e Estudos em Lavagem
de Dinheiro em Santa Catarina.

DELAÇÃO PREMIADA

Legitimidade e Procedimento

**Aspectos Controvertidos do Instituto da Colaboração
Premiada de Coautor de Delitos como Instrumento
de Enfrentamento do Crime Organizado**

Curitiba
Juruá Editora
2013

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-4132-6

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Escritório: Av. da República, 47 – 9º Dtº – 1050-188 – Lisboa – Portugal

Loja: Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Centro Comercial
D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Pereira, Frederico Valdez.

P436 Delação premiada: legitimidade e procedimento./

Frederico Valdez Pereira./ Curitiba: Juruá, 2013.

194 p.

1. Delação premiada. 2. Crime e criminosos. 3. Direito penal. I. Título.

CDD 345.02(22.ed.)

CDU 344

000305

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
1 Introdução	19
2 Noções Gerais e Aproximação Conceitual	23
2.1 Direito Penal Premial	23
2.1.1 O Auxílio da Denominação para Identificar os Contornos do Instituto	27
2.1.2 Diferença entre Arrependimento Substantivo e Arrependimento Processual	32
2.2 Inspiração no Sistema Jurídico de <i>Common Law</i>	36
2.2.1 Assimilação Meramente Superficial com o <i>Plea Bargaining</i>	39
3 A Compatibilização Constitucional da Delação Premiada	45
3.1 O Sistema Penal entre Eficiência e Garantias.....	45
3.1.1 A Pendularização Inerente à Persecução Penal.....	47
3.1.2 Tensão Constitucional no Tema da Colaboração Processual	50
3.2 Princípios Constitucionais Suscitados em Face dos Colaboradores	53
3.2.1 Direito à não Autoincriminação	54
3.2.2 O Princípio da Culpabilidade: Proporcionalidade da Pena à Gravidade do Delito	55
3.3 Princípios Constitucionais Suscitados em Face dos Delatados	61
3.3.1 A Quebra de Isonomia	61
3.3.2 A Tutela dos Inocentes: Eficácia Probatória da Declaração dos Pentiti	64
3.4 Os Custos a Assumir na Dinâmica Processual: a Suave Inquisição	65
3.5 Base Argumentativa Tendentemente Favorável à Colaboração	69
3.5.1 O Fenômeno das “Emergências Investigativas”	69
3.5.1.1 O Problema Investigativo do Crime Organizado	70
3.5.1.2 Algumas Balizas às Opções Estatais no Reforço Investigativo.....	72
3.5.2 A Necessidade de Tutela “Suficiente”	75
3.5.2.1 Deveres Estatais de Proteção	76
3.6 O Tensionamento no Campo dos Princípios	81
3.7 O Recurso à Máxima da Proporcionalidade	83

3.7.1	O Juízo de Adequação	85
3.7.1.1	Adequação do Recurso à Colaboração Premiada	89
3.7.2	O Juízo de Necessidade	90
3.7.2.1	A Necessidade do Recurso à Colaboração Premiada	93
3.7.3	Proporcionalidade em Sentido Estrito	96
3.7.3.1	Proporcionalidade em Sentido Estrito da Colaboração Premiada	97
3.8	Conclusões Parciais a Respeito da Compatibilização Constitucional da Colaboração Premiada	99
4	Problemas de Ordem Processual	107
4.1	O Procedimento de Coletá da Colaboração	109
4.1.1	Evolução da Noção de Procedimento	109
4.1.2	A Relevância do Procedimento como Direito Fundamental	110
4.2	Pontos Relevantes no Esboço do Procedimento dos Pentiti	112
4.2.1	A Fase Preliminar de Admissibilidade da Colaboração	112
4.2.2	Concretização da Colaboração na Fase Investigativa	116
4.2.3	Garantias Processuais dos Delatados	123
4.2.3.1	O Direito de Confrontar o Colaborador	124
4.2.3.2	Acessibilidade Endoprocessual da Colaboração	125
4.2.4	A Postura do Juiz nos Acordos de Colaboração Processual	129
4.2.5	Obrigações Processuais do Colaborador	133
4.2.5.1	O Duplo Problema da Garantia aos Colaboradores e da Extensão do Prêmio	136
4.3	Eficácia Probatória da Declaração dos Arrependidos	140
4.3.1	Feição Atual da Eficácia da Delação no Direito Comparado	142
4.3.2	Princípio da Presunção de Inocência: para Além da Dúvida Razoável	151
4.3.3	Limites à Livre Apreciação da Prova	155
4.3.4	Os Limites Aplicados à Colaboração Processual	156
4.4	Exigências para Atribuir Eficácia Probatória às Revelações do Colaborador	158
4.4.1	A Especificidade do Objeto	159
4.4.1.1	A Posição do Colaborador em Juízo	161
4.4.2	Aferição Interna	163
4.4.3	Aferição Externa	167
5	Considerações Finais	175
	REFERÊNCIAS	179
	ÍNDICE ALFABÉTICO	189